



**RELATÓRIO CONSULTA PÚBLICA
SOBRE**

**A DEFINIÇÃO, ANÁLISE DE MERCADOS E
AVALIAÇÃO DAS POSIÇÕES DOMINANTES NO MERCADO DAS
COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS EM CABO VERDE**

DEZEMBRO 2010

Índice

I. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO.....	2
II. APRECIACÃO E ANÁLISE DE COMENTÁRIOS GERAIS	4
A. Identificação de 16 mercados relevantes	4
B. Cumprimento dos objectivos de regulação.....	5
C. Articulação da regulamentação ex ante com o Contrato de Concessão celebrado entre a CVTelecom, S.A.R.L. e o Estado de Cabo Verde	6
III. APRECIACÃO E ANÁLISE DE COMENTÁRIOS RELATIVAMENTE À METODOLOGIA ADOPTADA.....	7
A. Comentários à metodologia adoptada para a definição de mercados	7
B. Comentários à metodologia adoptada para a identificação de posições dominantes	7
IV. APRECIACÃO E ANÁLISE DE COMENTÁRIOS RELATIVAMENTE À DEFINIÇÃO DE MERCADOS RELEVANTES E À IDENTIFICAÇÃO DE POSIÇÕES DOMINANTES⁹	
A. Comentários relativamente à definição de mercados relevantes e identificação de posições dominantes	9
V. APRECIACÃO E ANALISE DE COMENTÁRIOS RELATIVAMENTE ÀS RECOMENDAÇÕES DE REGULAÇÃO.....	14

I. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

Atendendo que a liberalização do mercado das comunicações electrónicas em Cabo Verde é um fenómeno recente e tomando em consideração as boas práticas de regulação, a Agência Nacional da Comunicações (ANAC) tem desencadeado uma série de medidas que objectivam aproximar o quadro regulatório caboverdiano ao da União Europeia, sem, contudo, descurar-se da própria realidade do país e da sua integração na sub-região africana, mais concretamente no espaço da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

O Tratado da CEDEAO estabelece como um dos seus objectivos a promoção, a cooperação e a integração na perspectiva de uma união económica da África Ocidental, com vista a melhorar o nível de vida dos seus povos, através da harmonização e coordenação das diferentes políticas nacionais, inclusive a das comunicações.

Esses objectivos, efectivam-se com a tomada de medidas internas que possibilitem a promoção da concorrência e, conseqüentemente, o desenvolvimento de forma integrada do mercado das comunicações electrónicas nos Estados da sub-região

O Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro, permitiu a abertura do mercado das comunicações electrónicas e a criação de condições necessárias para a promoção da concorrência, para a diversificação das ofertas de produtos e para a melhoria da qualidade da prestação de serviços, possibilitando desta forma a entrada de novos operadores.

Nesse sentido, as medidas que vêm sendo tomadas pela ANAC objectivam respectivamente, garantir a inexistência de distorções ou entraves a concorrência no sector das comunicações electrónicas e possibilitar que os utilizadores obtenham máximo de benefício em termos de escolha, preço e qualidade.

A definição dos mercados relevantes de produtos e serviços do sector das comunicações electrónicas, bem como a identificação dos operadores com poder significativo nesses mercados relevantes, constituem actualmente medidas necessárias e urgentes de forma a atingir os objectivos preconizados pela Autoridade Reguladora Nacional..

Nos termos do n.º 1 do art. 7.º do Decreto-Legislativo n.º 7/2005, cabe a ANAC, no exercício das suas competências, a promoção de consultas públicas, sempre que pretenda adoptar medidas com impacto significativo no mercado relevante, devendo publicitar o respectivo projecto dando aos interessados a possibilidade de se pronunciarem em prazo fixado para o efeito.

A ANAC, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 4.º do Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho, que lhe confere poderes de regulação para aprovar actos previstos na lei, procedeu a realização de uma Consulta Pública para a definição de mercados relevantes de produtos e serviços e a declaração de empresas com poder de mercado significativo nesses mercados, por um período de 30 dias, seguindo os procedimentos de Consulta Pública, definidos na Deliberação n.º 01/2006, de 27 de Novembro.

Decorrido o prazo de consulta pública (de 28 de Junho a 28 de Julho de 2010) a ANAC, após a recepção e apreciação dos comentários e respostas dos interessados, vem através do presente documento apresentar a sua reacção aos comentários recebidos na referida consulta.

No âmbito desta consulta pública, e dentro do prazo estabelecido foram recebidas as contribuições das seguintes entidades:

1. CVTelecom, S.A.; CVMultimédia, Sociedade Unipessoal S.A.; e CVMóvel, Sociedade Unipessoal S.A, que em conjunto se auto intitulam Grupo CVTelecom;
2. T+ Telecomunicações S.A.

II. APRECIÇÃO E ANÁLISE DE COMENTÁRIOS GERAIS

Precedentemente à apresentação da síntese das respostas às questões colocadas na Consulta Pública, apresenta-se os comentários gerais das entidades e apreciação sobre o referido tema.

A resposta à consulta pública enviada pela T+ Telecomunicações S.A. incide sobre a necessidade de introduzir obrigações que garantam a não discriminação, a transparência e a garantia do controlo dos preços. Estas sugestões não suscitam comentários particulares por parte da ANAC, na medida em que elas não põem em causa as suas conclusões relativas à identificação dos mercados relevantes e à designação de operadores com poder significativo nestes mercados.

A resposta à consulta pública enviada pelo “Grupo CVTelecom” abrange de forma extensiva as questões colocadas na referida consulta, pelo que se procede a seguir à análise dos comentários e à apreciação dos mesmos.

No tocante às considerações gerais, o “Grupo CVTelecom” destaca três aspectos que, no seu entender, devem ser ponderados, que são os seguintes: (i) a identificação de 16 mercados relevantes ser demasiado extensa para análise num único documento; (ii) os objectivos de regulação não terem sido ponderados suficientemente no documento, mormente, no tocante ao encorajamento ao investimento; e (iii) a articulação da regulamentação ex ante com o Contrato de Concessão celebrado entre a CVTelecom, S.A.R.L. e o Estado de Cabo Verde.

A. Identificação de 16 mercados relevantes

1. O “Grupo CVTelecom” considera que 16 mercados relevantes é um número demasiado extenso de mercados a serem avaliados num único documento. Porém, destaca que não propugna, nem considera que se justifique, neste momento, que a ANAC faça uma análise individual a cada mercado relevante em documento independente.
2. Por outro lado, o “Grupo CVTelecom” é da opinião que a ANAC deve visitar determinadas matérias da consulta pública, nomeadamente, a identificação e definição de mercados e as recomendações de regulação.

✓ Entendimento da ANAC:

A ANAC considera que a identificação de 16 mercados relevantes num único documento é o resultado da análise correspondente à realidade actual do mercado das comunicações electrónicas no país. Daí que, atendendo a dimensão reduzida e a pouca evolução de certos mercados identificados, motivada pela falta de concorrência nos mesmos, não se justifica a elaboração de estudos individuais para cada um desses mercados em documento independente. Por outro lado, a ANAC esclarece que na Recomendação 2003/311/CE, de 11 de Fevereiro, doravante designada

Recomendação de 2003, a Comissão Europeia tinha identificado uma lista de 16 mercados, enquanto a Recomendação 2007/879/CE, de 14 de Dezembro, doravante Recomendação de 2007, retira alguns mercados depois de ter considerado a eficácia das medidas de regulação sobre estes mercados identificados em 2003. Neste aspecto a situação deste sector em Cabo Verde e as medidas de regulação existentes são mais próximas da situação apontada pela recomendação de 2003, o que justifica um maior número de mercados.

Acresce-se ainda o facto de os mercados terem sido determinados em função dos produtos oferecidos em Cabo Verde e das suas características próprias.

B. Cumprimento dos objectivos de regulação

3. O “Grupo CVTelecom” entende que a regulação é uma actividade particularmente sensível, que trata de duas questões aparentemente opostas: promoção da concorrência e encorajamento ao investimento e à inovação, alegando que estes dois quesitos estão de forma clara na alínea b) do nº2 do art. 5.º do Decreto Legislativo nº 7/2005 e que alcançar um equilíbrio entre a promoção da concorrência e a manutenção de incentivos ao investimento não é fácil, tornando a actividade regulatória numa das funções do Estado mais difíceis de exercer.
4. O “Grupo CVTelecom” entende que os objectivos de regulação previstos no art. 5º do Decreto Legislativo nº 7/2005 não estão suficientemente ponderados no Documento de Consulta porque em nenhuma parte se vê reflectida a exigência legal de que a regulação tem de contribuir para *“encorajar investimentos eficientes em infra-estruturas e promover a inovação”*, razão pela qual teme que se esteja a considerar apenas um dos vectores da política de regulação, desconsiderando completamente a necessidade de promoção do investimento e inovação. O referido Grupo entende ainda que a ANAC optou injustificadamente por pôr de parte o objectivo de regulação de encorajar o investimento e inovação.

✓ Entendimento da ANAC:

A ANAC, na fundamentação das decisões de aplicação de obrigações regulamentares deve seguir os procedimentos de análise do mercado e imposições de obrigações estipulados no nº 3 do art. 53º do Decreto Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro.

No seguimento dessas obrigações, teve-se em consideração os objectivos de regulação instituídos no artigo 5º do mesmo diploma, uma vez que é fundamental articular esses dois artigos para elaboração da análise de mercados e avaliação das posições dominantes como forma de promover a concorrência, não descurando, contudo, da sua incumbência de encorajar investimentos eficientes em infra-estruturas e promover a inovação. Aliás, um dos objectivos deste estudo é o incentivo a

investimentos em mercados diferenciados abrindo desta forma o leque de possíveis investidores salvaguardando sempre o princípio da transparência e a não discriminação.

C. Articulação da regulamentação ex ante com o Contrato de Concessão celebrado entre a CVTelecom, S.A.R.L. e o Estado de Cabo Verde

5. O “Grupo CVTelecom” defende que o documento de Consulta Pública não está articulado com o contrato de concessão, argumentando que deveria existir uma articulação necessária entre as medidas que se pretendem adoptar ao abrigo da regulamentação *ex ante* de mercados relevantes com os termos e condições do contrato de concessão da CVTelecom.

✓ Entendimento da ANAC:

As medidas que a ANAC pretende adoptar relativamente à imposição de obrigações aos operadores identificados com poder de mercado significativo nos mercados relevantes, nomeadamente à Concessionária, estarão intrinsecamente articuladas com o disposto no Contrato de Concessão e com o Decreto Legislativo nº 7/2005.

Relativamente às imposições de obrigações a serem implementadas, a ANAC terá em consideração o disposto no art. 53º e seguintes do Decreto Legislativo 7/2005 que estabelece os procedimentos de análise de mercado e imposição de obrigações.

O Contrato de Concessão dispõe na sua alínea m) do nº 1 da cláusula 8ª, que a concessionária deve cumprir normas que entrem em vigor, ainda que estas prescrevam disposições resultantes de necessidades ou exigências de uso público de qualquer dos serviços que preste em regime de exclusividade não previstas à data da concessão.

Acresce o facto de a definição dos mercados, a identificação dos operadores que tenham uma posição dominante e as recomendações de regulação estarem fundamentadas no Decreto Legislativo nº 7/2005 e, consequentemente, devem ser aplicadas em conformidade com o princípio da não discriminação, a todos os operadores que actuam no mercado das comunicações electrónicas em Cabo Verde, inclusive à própria CVTelecom, S.A.R.L. Por conseguinte, o Contrato de Concessão não põe em causa a definição dos mercados e a identificação de quaisquer operadores detentores de PMS e nem a imposição de obrigações.

III. APRECIACÃO E ANÁLISE DE COMENTÁRIOS RELATIVAMENTE À METODOLOGIA ADOPTADA

A. Comentários à metodologia adoptada para a definição de mercados

6. No tocante aos comentários relativamente à metodologia adoptada para a definição de mercados, o “Grupo CVTelecom” entende que a aproximação às práticas da União Europeia é uma opção correcta, dado que o quadro legal em Cabo Verde aplicável ao sector das comunicações electrónicas é tributário da experiência europeia, em particular do regime jurídico português.
7. O “Grupo CVTelecom” entende que a ANAC pretende aplicar a metodologia sem levar em conta determinados pressupostos intrínsecos à sua aplicação na União Europeia e que, portanto, o documento de consulta pública poderia estar melhor substanciado.

✓ Entendimento da ANAC:

Pelo facto de a ANAC seguir a metodologia aplicada na União Europeia devido a semelhança existente entre os diplomas que regulam os mercados das comunicações electrónicas, não significa que, no caso específico de Cabo Verde, deve-se aplicar rigorosamente todas as orientações definidas pela Comissão Europeia em matéria de definição de mercados relevantes e identificação de operadores com poder de mercado significativo nesses mercados.

Em função das circunstâncias nacionais, a ANAC não poderia adoptar integralmente as directrizes da União Europeia, visto que o mercado das comunicações electrónicas em Cabo Verde ainda se encontra em fase emergente, não é efectivamente concorrencial.

Assim, a ANAC teve em conta as recomendações pertinentes das organizações internacionais de telecomunicações que identificam, de acordo com os princípios do direito da concorrência, os mercados relevantes de produtos e serviços cujas características podem justificar a imposição de obrigações regulamentares específicas, conforme o estipulado no nº 2 do art. 55º do Decreto Legislativo nº7/2005.

B. Comentários à metodologia adoptada para a identificação de posições dominantes

8. O “Grupo CVTelecom” constata que não teve identificação preliminar dos mercados nos quais existem obstáculos ao desenvolvimento da concorrência contrariamente ao que tem vindo a ser feito noutros países, questionando a metodologia utilizada para definir a dimensão geográfica e os mercados e produtos.

✓ Entendimento da ANAC:

Analisando a dimensão geográfica dos mercados, concluiu-se que análise do mercado deve abranger todo o território nacional sem segmentação mais detalhada, uma vez que, desta resulta que a cobertura das redes fixa e móveis é nacional; o quadro jurídico e regulamentar é homogéneo em todo o território; a política tarifária dos operadores nacionais é aplicável em todo o território e todas as ofertas propostas pelos operadores nacionais estão disponíveis a nível nacional imediatamente ou a curto prazo.

A ANAC, na elaboração do estudo em causa e com base nos serviços e produtos disponíveis no mercado, tomou como ponto de partida a Recomendação de 2003, visto que adequa-se melhor à realidade actual do mercado das comunicações electrónicas em Cabo Verde.

A argumentação do “Grupo CVTelecom” de que se deveria ter em conta a Recomendação de 2007, por ser mais recente e por reduzir progressivamente as regras *ex ante* para o sector, não se aplica à realidade de Cabo Verde, uma vez que as medidas constantes nessa Recomendação só poderão ser aplicáveis nos mercados onde se verifica um desenvolvimento efectivo da concorrência.

A implementação das novas regras instituídas na Recomendação de 2007 só foi possível após a efectivação das medidas aplicadas pela Recomendação de 2003, em consequência do desenvolvimento da concorrência, possibilitando a redução da identificação dos mercados sujeitos à regulação *ex ante*.

9. O “Grupo CVTelecom” entende que, no documento de consulta, verifica-se uma presença significativa de mercados retalhistas e questiona se a ANAC está a seguir a metodologia europeia. Argumenta ainda que, atendendo que a intervenção regulamentar em Cabo Verde começa a dar os primeiros passos, é prematuro pretender regular mercados retalhistas sem verificar quais os efeitos da eventual regulação imposta a um nível anterior da cadeia de valor, ou seja, nos mercados grossistas.
10. No entender do “Grupo CVTelecom”, seria importante que a ANAC definisse um horizonte temporal relevante da sua análise, sendo que a nível europeu, a identificação de mercados vigora por um período de 3 anos.

✓ Entendimento da ANAC:

Em relação a definição do horizonte temporal, a ANAC definirá o prazo razoável de vigência das conclusões do estudo de OPMS, sem descuidar da evolução do mercado das comunicações electrónicas em Cabo Verde e dos resultados que o estudo vier a revelar sobre esta matéria.

Ressalta-se ainda que a Autoridade Reguladora tem como prioridade a intervenção nos mercados grossistas com vista a promover a concorrência e a defesa dos interesses dos cidadãos. No entanto, a ANAC poderá, a qualquer momento, intervir na regulação dos mercados retalhistas, caso vier a detectar distorções nesses mercados.

A ANAC entende que, conforme mencionado anteriormente, a evolução do mercado das comunicações electrónicas em Cabo Verde está numa fase emergente, o que não se compara com o processo de identificação de mercados relevantes feita na União Europeia.

Inclusive, é o próprio “Grupo CVTelecom” que, no documento apresentado, afirma que houve uma redução dos mercados na União Europeia - passando de 18 mercados identificados como relevantes para 7 - o que demonstra que só após a evolução da concorrência num horizonte de 4 anos optou-se por direccionar à regulação *ex ante* nos mercados grossistas.

Tratando-se da primeira identificação de mercados relevantes em Cabo Verde e dado às características peculiares do mercado das comunicações electrónicas, foram identificados 9 mercados grossistas e 7 de retalho, como anteriormente referido, tendo em consideração os produtos e serviços actualmente existentes nesses mercados.

IV. APRECIÇÃO E ANÁLISE DE COMENTÁRIOS RELATIVAMENTE À DEFINIÇÃO DE MERCADOS RELEVANTES E À IDENTIFICAÇÃO DE POSIÇÕES DOMINANTES

A. Comentários relativamente à definição de mercados relevantes e identificação de posições dominantes

11. O “Grupo CVTelecom” defende que se deveria avaliar se um hipotético prestador de um tipo de chamadas pode adquirir os serviços de interligação necessários para oferecer outro tipo de chamadas de forma rentável, tanto no caso das chamadas terminadas num destino fixo, como no caso de chamadas terminadas numa rede móvel.
12. O “Grupo CVTelecom” concorda com a delimitação do mercado relevante das comunicações de voz móvel proposta pela ANAC, mas não concorda que se afirme no Documento de Consulta, que os preços on-net da T+ sejam inferiores aos preços on-net da CV Móvel.
13. O “Grupo CVTelecom” entende, de um ponto de vista metodológico, que a ANAC deveria começar por estabilizar aquilo que considera ser banda larga para depois então se determinar

que possibilidades de acesso em banda larga existem em Cabo Verde e concorda que o acesso (fixo) sem fios seja incluído no mesmo mercado do acesso com fios.

14. Referente aos Mercados de linhas alugadas às empresas, entende o “Grupo CVTelecom” que o serviço em causa não terá sido suficientemente caracterizado pela ANAC, de forma a identificar as suas características básicas e nem a dinâmica concorrencial do mercado. Ainda alega que os termos apresentados no Documento de Consulta são insuficientes para permitir chegar à conclusão de que se está perante um mercado relevante.

✓ Entendimento da ANAC:

No tocante aos mercados de retalho identificados, nomeadamente o mercado de Banda Larga, a ANAC concorda com o “Grupo CVTelecom” sobre a necessidade de definir o débito mínimo a ser considerado como Banda Larga.

Contudo, a ausência dessa definição não põe em causa a identificação do mercado de Banda Larga como relevante, conforme demonstra o estudo elaborado pela ANAC.

É de realçar que o relatório da UIT, “**DEFINIÇÕES DOS INDICADORES MUNDIAIS DAS TELECOMUNICACIONES/TIC**” emitido em Março de 2010 estipula o débito mínimo de Banda Larga em 256 kbps.

De salientar que a Banda Larga constitui uma das vertentes estratégicas contempladas a nível internacional, tanto no que respeita ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, como no que se refere à AISI (African Information Society Initiative) principal referência internacional no contexto africano para a construção de uma Sociedade da Informação.

A nível mundial pretende-se a curto prazo alcançar os objectivos de massificação e universalização da Banda Larga.

No caso específico de Cabo Verde foi criada uma Comissão para a elaboração da Estratégia Nacional para Banda Larga (ENBL), conforme a Resolução nº40/2010 de 26 de Junho de 2010 que irá proceder ao levantamento da situação actual das iniciativas em curso e de acesso a internet em Banda Larga.

O desafio tecnológico de conectividade total é que todos estejam ligados à Banda Larga de forma segura e interoperável, promovendo o acesso universal e a coesão digital ao nível insular e sócio-económico, bem como a conectividade com a diáspora.

15. Segundo o “Grupo CVTelecom”, a ANAC deve rever a sua posição referente à identificação de mercado de trânsito como mercado relevante, dado que a existência de concorrência no mercado de trânsito não requer a existência de operadores cuja missão seja fornecer uma prestação de trânsito entre dois operadores.

16. De acordo com o “Grupo CVTelecom”, o processo de regulação de mercados relevantes do sector das comunicações electrónicas em Cabo Verde encontra-se na sua fase inicial, pelo que é prematuro identificar e regular, desde já, o mercado de fornecimento de acesso à Banda Larga.
17. Defende ainda que não existe nenhum mercado de acesso desagregado ao lacete local e, portanto, ainda não estão reunidas as condições para perceber os efeitos desta medida no mercado de retalho.
18. O “Grupo CVTelecom” também alega que, identificando a Banda Larga como mercado relevante, está-se perante a promoção de uma tecnologia determinada, o que não parece compaginável com o princípio da neutralidade tecnológica consagrado no n.º 7 do artigo 5.º do Decreto Legislativo nº 7/2005.
19. Segundo o “Grupo CVTelecom”, a ANAC deve fazer uma análise de substituíbilidade entre os serviços de fornecimento grossista de acesso à banda larga e os serviços de acesso desagregado ao lacete local (mercado grossista que também é definido pelo ANAC).
20. O “Grupo CVTelecom” entende que referente ao mercado de acesso às infra-estruturas internacionais não vê quais os ganhos de competitividade, do mercado em geral, que advenham da definição de um mercado de acesso às infra-estruturas internacionais.

✓ Entendimento da ANAC:

Relativamente ao mercado de trânsito, apesar de ainda não estar a ser explorado na prática o serviço de trânsito no mercado das comunicações electrónicas em Cabo Verde, o mesmo está disponível na Oferta de Referência de Interligação da CVTelecom (ORI), pelo que a ANAC entende que é necessário a identificação deste mercado como relevante, uma vez que nas condições e com a entrada de novos operadores, poderá surgir a necessidade de interligação indirecta, o que justifica a regulação *ex ante* deste mercado.

A ANAC constata que o “Grupo CVTelecom” cometeu um lapso ao relacionar a venda a grosso de acessos DSL de tipo *Bitstream* à desagregação do lacete local. A existência da desagregação não é condição preliminar para a criação do mercado de tipo *Bitstream*. Antes pelo contrário, os mercados de grande acesso DSL de tipo *Bitstream* favoreceram a emergência e o desenvolvimento de operadores alternativos na Europa antes da instalação da desagregação do lacete local. Face ao cenário actual em que prevalece o acesso ao mercado de Banda Larga a grosso apenas na tecnologia de suporte com fios, a ANAC entende que, ao identificar este mercado não está a pôr em causa o princípio de neutralidade tecnológica.

Relativamente às infra-estruturas internacionais, o Senegal, membro da CEDEAO, declarou o mercado a grosso como relevante, a fim de regular o seu funcionamento e favorecer o acesso de terceiros aos cabos submarinos com vista a uma redução das tarifas de retalho.

21. O “Grupo CVTelecom” entende que a identificação e delimitação de mercados relevantes não é um fim em si mesmo, mas antes um instrumento que permite proceder à avaliação das condições de concorrência num determinado mercado. Somente após a identificação desse mercado relevante será possível calcular as quotas de mercado que as empresas detém, identificar eventuais barreiras à entrada ou à expansão e determinar se uma empresa tem, efectivamente, o poder de se comportar, em larga medida, com independência face aos seus parceiros comerciais.
22. O “Grupo CVTelecom” concorda com a ANAC ao considerar que a CVTelecom S.A.. é detentora de poder de mercado significativo nos mercados do acesso fixo analógico e digital, dado que não existe neste momento e não se prevê que num curto prazo venha a existir outro operador presente no mercado com infra-estrutura idónea a prestar os mesmos serviços de acesso fixo ou digital à rede telefónica pública.
23. Segundo o “Grupo CVTelecom”, ainda que a CVTelecom S.A.. detenha neste momento 100% da quota de mercado das comunicações fixas locais e nacionais, os operadores alternativos que venham a entrar no mercado, com recurso ao mecanismo da pré-selecção de operador, ficam imediatamente com a possibilidade de prestarem o serviço ao cliente, utilizando para isso a rede da CVTelecom S.A.
24. O “Grupo CVTelecom” entende, que a ANAC deve reconsiderar a sua posição sobre a existência de um operador com PMS no mercado das comunicações móveis, uma vez que a ANAC reconhece que o mercado das comunicações móveis em Cabo Verde não apresenta barreiras à entrada, apesar de uma quota de mercado elevada é altamente sugestivo de inexistência de operadores com OPMS
25. O “Grupo CVTelecom” considera que o mercado retalhista dos serviços em Banda Larga nunca foi incluído na lista de mercados sujeitos à regulação a nível europeu, precisamente por se considerar que a regulação grossista seria suficiente para endereçar as falhas deste mercado.

✓ Entendimento da ANAC:

A ANAC entende que o estudo feito não é um fim em si mesmo, mas sim um meio para se atingir objectivos de regulação dispostos no Decreto Legislativo nº 7/2005, de forma a corrigir eventuais distorções existentes no mercado das comunicações electrónicas.

No tocante ao mercado das comunicações fixas locais e nacionais a ANAC considera necessário a regulamentação *ex ante*, tendo em conta que a CVTelecom S.A. detém 100% deste mercado e que eventuais evoluções deste mercado definirão as medidas correctivas que poderão ser tomadas para dirimir possíveis distorções neste mercado aquando da entrada de novos operadores com recurso a mecanismos de selecção e pré – selecção.

Referente ao mercado das comunicações móveis, é do entendimento da ANAC que as justificações dadas no documento de consulta pública são suficientes para declarar a CVMóvel, S.A. como operador que detém o poder significativo porque ocupa uma posição de domínio neste mercado o

que lhe permite actuar de maneira independente da concorrência e dos seus clientes. Apesar da ausência de barreiras à entrada, a implementação de uma regulação *ex ante* neste mercado das comunicações móveis nacionais é necessária para permitir o desenvolvimento da concorrência visto que a CVMóvel S.A. detém uma quota de mercado superior a 50%. Ademais a CVMóvel, S.A. dispõe, à partida, de um acesso facilitado aos mercados de capitais tendo em consideração o peso da participação societária da CVTelecom, S.A. nessa empresa.

Quanto à identificação da CVMultimédia, S.A. como operador que detém poder significativo no mercado retalhista dos serviços de Banda Larga, a ANAC considera que este mercado deve ser identificado como relevante. Isto porque constitui um mercado sem segmentação entre os serviços com e sem fios e entre os serviços residencial e profissional. Por outro lado, constata-se a presença, respectivamente, em todo o território nacional de uma oferta de Banda Larga pela CVMultimédia, S.A. e de concorrentes locais com ofertas muito semelhantes em algumas ilhas que permitem considerar que o âmbito do respectivo mercado é nacional.

A declaração de um mercado como relevante e a identificação de um operador com PMS neste mercado, não significa necessariamente a imposição de obrigações específicas da parte da ANAC.

26. O “Grupo CVTelecom” defende que, referente ao mercado de terminação na rede móvel, a conclusão da ANAC a propósito da falta de PMS da T+Telecomunicações, S.A. no mercado de terminação de chamadas na sua rede móvel carece de fundamentação legal e metodológica.
27. Em relação aos mercados das linhas alugadas, o “Grupo CVTelecom” discorda da ANAC quando esta refere no documento de consulta pública que não dispõe de informação suficiente para realizar uma avaliação mais aprofundada desses mercados.

✓ Entendimento da ANAC:

No Documento de Consulta Pública, o ponto 3.5.1 expressa o seguinte: Na ausência de dados sobre os volumes de negócios e as quantidades, a ANAC retomará a análise efectuada para delimitar os mercados relevantes das linhas alugadas e para observar que, nesse mercado, a CVTelecom é a única que está em condições de ter uma oferta comercial direccionada aos outros operadores e estes últimos, ainda que dispondo ou podendo dispor de capacidade de transmissão, não estão em condições de o comercializar. Por esse motivo, a CVTelecom ocupa uma posição dominante no mercado das linhas alugadas intra-ilhas.

A constatação acima referida foi baseada em estudos efectuados pela ANAC com recurso aos dados disponibilizados pelos operadores. A ANAC confirma a sua análise no tocante à definição dos operadores com PMS nos mercados de terminação de chamadas. Esta análise é baseada numa observação da realidade do mercado móvel caboverdiano e do peso respectivo de cada operador sobre o mercado de terminação de chamadas.

V. APRECIÇÃO E ANÁLISE DE COMENTÁRIOS RELATIVAMENTE ÀS RECOMENDAÇÕES DE REGULAÇÃO

28. Segundo o “Grupo CVTelecom”, a imposição de obrigações regulamentares é um aspecto fundamental, por se tratar do elemento mais delicado do exercício de competências de regulação de mercados e, como tal, deve ser considerado o princípio da tipicidade que significa que só podem ser impostas obrigações regulamentares previstas na legislação nacional em causa, conforme o disposto no artigo 63.º do Decreto Legislativo nº 7/2005.

✓ Entendimento da ANAC:

A ANAC concorda com o “Grupo CVTelecom” que a imposição de obrigações regulamentares é o elemento mais delicado do exercício de competências de regulação de mercados. Realça ainda que o estudo levado a cabo para o efeito cumpre na íntegra os requisitos legais e os procedimentos que instituem o Decreto Legislativo nº 7/2005 conforme estabelece os art. 63º e seguintes.

29. O “Grupo CVTelecom” entende que a União Europeia tem como subjacente o princípio do primado da regulação grossista e que apenas se imponham controlos regulamentares nos mercados retalhistas, caso-os mercados grossistas relevantes não permitirem atingir o objectivo de garantir uma concorrência efectiva e o cumprimento de objectivos de interesse público.

30. O “Grupo CVTelecom” não concorda com as recomendações de regulação da ANAC, quer para o mercado retalhista, quer para o mercado grossista, por considerar que a metodologia aplicada, não respeita as exigências consignadas no Decreto Legislativo nº 7/2005.

✓ Entendimento da ANAC:

A ANAC terá em consideração as observações feitas pelo “Grupo CVTelecom” sobre o documento de consulta pública. No entanto, não deixa de sublinhar que, na fundamentação das decisões que impõem obrigações aos operadores detentores de PMS, serão considerados os critérios dispostos no art. 53º do Decreto Legislativo nº 7/2005 que são os seguintes: (i) deve ser adequada ao problema identificado, proporcional e justificada à luz dos objectivos básicos de regulação; (ii) não deve originar uma discriminação indevida relativamente a qualquer entidade; (iii) deve ser objectivamente justificável em relação as redes serviços ou infra-estruturas a que se refere; (iv) e deve ser transparente aos fins a que se destina.

Feito na Praia, aos 22 dias do mês de Dezembro de 2010